

AGENDA INSTITUCIONAL

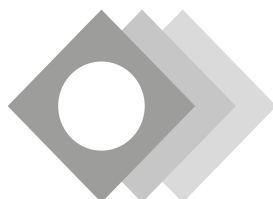
2026

Agenda estadual do comércio de bens, serviços e turismo



SANTA CATARINA

Agenda estadual do comércio de bens, serviços e turismo



SANTA CATARINA



Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Santa Catarina - Fecomércio-SC
Agenda Estadual do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - Santa Catarina | 2026

Presidente: Hélio Dagnoni

Vice-presidente: Herton Scherer

Vice-presidente Financeiro E De Gestão: Bento Ferrari
Vice-presidente De Habitação: Marcio Donato Koerich
Vice-presidente De Serviços: André Luiz Ostermann
Vice-presidente De Turismo: Audrey Rembowski
Vice-presidente De Varejo: Marcelo Gevaerd
Vice-presidente De Atacado: André João Telocken
Vice-presidente De Supermercados: Romeu Luis Zamboni
Vice-presidente De Comércio Farmacêutico: Romildo Marcos Letzner
Vice-presidente Grande Florianópolis: Afonso dos Santos
Vice-presidente Região Sul: Marciano Michels
Vice-presidente Planalto Serrano: Célio Spagnoli
Vice-presidente Região Oeste: Edson Marció
Vice-presidente Região Norte: Sandro Alberto Moretti
Vice-presidente Vale Do Itajaí: Paulo Roberto dos Santos
Vice-presidente Meio Oeste: Claudio Antonio Padilha
Vice-presidente Planalto Norte: Antonio Nahum Zaine
Vice-presidente Litoral: Rosemarí Tomazoni

Suplente De Diretoria: Roberto Alexandre Carmes, Edir Roselio Francisco, Augusto Munchen, Mario Ricardo Bongioiolo, Waldir Pedro Binotto, Mauricio Luciano Santos da Silva, Ernani Zottis, Ravier Luiz Centenaro, Francisco Afonso Bechel, Claudisnei Machado Constante, Altair Borges, Leonardo Vasselai Araújo, Paulo José Fiamoncini, Francisco Hostins Júnior, Carlos Antônio Grendene, Giovana de Oliveira de Sousa, Núbia Cristofolini Kuchler, Ademir Tomazoni, Joanes Muniz

Conselho Fiscal: Leocérgio Sarturi, Walter Hoeller de Souza, Sieghard Muller

Suplente Do Conselho Fiscal: Fernando Walendowsky, Ruy Nuernberg, Rudiberto Piaz

Delegado Representante: Hélio Dagnoni, Bento Ferrari

Suplente De Delegado Representante: Herton Scherer, Marcelo Gevaerd

1ª edição 2023 | 2ª edição 2024 | 3ª edição 2025 | 4ª edição 2026

Projeto Gráfico: Gerência Executiva de Comunicação (CNC)

Diagramação e Ilustração: Vivian Kilsztok Bittencourt (CNC)

Revisão: Daniel Dutra

CNC - Rio de Janeiro

Av. General Justo, 307

CEP 20021-130

PABX: (21) 3804-9200

CNC - Brasília

SBN Quadra 1 Bl. B - nº 14

CEP 70041-902

PABX: (61) 3329-9500/3329-9501

www.portaldocomercio.org.br



Sumário

Apresentação	4
Introdução	6
Meteorologia: Índice de Dificuldade Empresarial (IDE)	8
Sumário executivo	10
Diagnóstico do setor	14
Políticas públicas prioritárias	32
Agenda de prioridades por macrotema	34
Conclusão	40



Apresentação

Palavra do Presidente

Santa Catarina é, hoje, um dos estados mais dinâmicos do Brasil, e diversos indicadores comprovam essa condição. Somos o segundo estado mais competitivo do País; detemos o terceiro maior IDH nacional (0,833); e nossa taxa de desemprego é a mais baixa entre todas as unidades federativas – apenas 2,2%. Nesse contexto, o setor de comércio, serviços e turismo possui relevância ímpar e responde, sozinho, por 65,6% dos empregos formais catarinenses. Nosso turismo é referência nacional, e nossa diversidade produtiva é destaque em todo o território.

Apesar desse quadro aparentemente favorável, Santa Catarina enfrenta diversos desafios para ampliar ainda mais o seu nível de desenvolvimento econômico e social. A maior parte desses obstáculos depende de ações governamentais para ser superada, em especial na esfera federal. São temas estruturais.

O objetivo desta Carta do Comércio é justamente pontuar as dificuldades enfrentadas pelos empresários do setor terciário para manter seus negócios e contribuir com a geração de empregos e renda. Como responsáveis por praticamente dois terços do PIB catarinense, temos o direito de expor nossos desafios e a obrigação de sermos ouvidos por governantes e candidatos.

Como se verá nas páginas seguintes, o ambiente econômico do nosso País não se encontra em seu momento mais favorável, especialmente em razão da elevada carga tributária, da falta de mão de obra qualificada, da insegurança pública e também jurídica. Iniciativas recentes, como a extinção da taxa das blusinhas – que promovia isonomia tributária com plataformas estrangeiras – e a tentativa de redução obrigatória da jornada de trabalho dificultam ainda mais a vida do empreendedor brasileiro.

Neste documento, produzido a partir de respostas de quase 500 empresários de todo o Estado, também apontamos caminhos, com a proposição de políticas públicas prioritárias para cada um dos sete macrotemas abordados. É a contribuição do Sistema Fecomércio-Sesc-Senac para o debate eleitoral que se avizinha. Que saibamos todos aproveitar essas diretrizes.

Hélio Dagnoni

*Presidente da Fecomércio-SC
Maio de 2026*



Introdução



Santa Catarina tem indicadores que são destaques nacionalmente. É o segundo estado mais competitivo do Brasil; detém o terceiro maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) nacional, com 0,833; e registra a menor taxa de desemprego do Brasil, de apenas 2,2%. O setor de comércio, serviços e turismo – que inclui um dos segmentos turísticos mais pujantes e diversificados do País, com destinos de renome nacional e internacional – é responsável por 65,6% dos empregos formais catarinenses e responde por aproximadamente 64% do Produto Interno Bruto (PIB) estadual¹.

São números que revelam um Estado com vocação excepcional para o desenvolvimento econômico, e é exatamente por isso que o diagnóstico apresentado nesta Carta do Comércio 2026 precisa ser lido com atenção redobrada: porque os obstáculos que este levantamento identifica não são o retrato de uma economia frágil, e sim o freio que impede uma economia forte de realizar plenamente seu potencial.

SOBRE A PESQUISA

A Carta do Comércio 2026 foi elaborada a partir de pesquisa primária realizada entre os dias 15 de abril e 8 de maio de 2026, com a participação de 483 empresários do setor de comércio, serviços e turismo de Santa Catarina. A coleta de dados contou com o fundamental apoio dos Sindicatos filiados à Fecomércio-SC, que mobilizaram suas bases em todo o território catarinense para garantir a representatividade e a abrangência da amostra. Foram avaliadas 42 assertivas distribuídas em sete macrotemas estratégicos, além de questões abertas que capturam a percepção qualitativa dos empresários sobre os principais desafios do setor. A fala dos empresários em relação às temáticas foram apresentadas ao longo do documento para mostrar as dificuldades percebidas em relação a cada uma delas.

O levantamento revela que o crescimento dos negócios enfrenta obstáculos estruturais severos. Entre as dificuldades mais citadas pelos próprios empresários, destacam-se a elevada carga tributária, a insegurança jurídica, o custo do crédito, a escassez de mão de obra qualificada e a concorrência desleal das plataformas digitais. São desafios que não existem isolados: se reforçam mutuamente, comprimindo margens, limitando investimentos e ameaçando a sustentabilidade de negócios que já operam no limite.

Os resultados estão organizados nas seguintes seções: Metodologia, que apresenta o Índice de Dificuldade Empresarial e seus critérios de classificação; Sumário executivo, com os principais achados; Diagnóstico do setor, com a visão consolidada dos sete macrotemas, a análise detalhada de cada macrotema, acompanhada de dados primários e públicos de referência, e percepções dos respondentes; Políticas públicas prioritárias, com as demandas identificadas na pesquisa; Agenda de prioridades por macrotema, com propostas concretas de política pública; e Conclusão.

¹ Fontes: Atlas do Desenvolvimento Humano, PNUD; PNAD Contínua Trimestral - 4º trim. de 2025; RAIS - Ministério do Trabalho, 2024; Contas Regionais - IBGE.



Metodologia: Índice de Dificuldade Empresarial (IDE)

O IDE é calculado a partir da média aritmética das respostas dos empresários para cada assertiva, em escala de 1 a 10. O score por macrotema consolida a média de todas as assertivas que o compõem. A presente edição considerou respostas válidas distribuídas em 42 assertivas e sete macrotemas.

Nível	Categoria	Descrição do impacto
1-2	Mínimo	Desafios pontuais; ambiente de negócios favorável e estável.
3-4	Moderado	Obstáculos superáveis com ajustes internos de gestão.
5-6	Crítico	Barreiras que reduzem a competitividade; esforço constante para saúde financeira.
7-8	Severo	Gargalos estruturais que asfixiam o crescimento e dificultam investimentos.
9-10	Limitante	Risco à sobrevivência empresarial; exige intervenção governamental urgente.

¹ FECOMÉRCIO-AM. Panorama Econômico do Comércio do Amazonas – abril de 2026. Manaus: Fecomércio-AM, 2026.



Sumário executivo

O setor de comércio, serviços e turismo de Santa Catarina – responsável por 65,6% dos empregos formais do Estado e 64% do PIB estadual – vive um momento econômico desafiador para os empresários. A pesquisa *Carta do Comércio 2026*, realizada pela Fecomércio-SC entre os dias 15 de abril e 8 de maio de 2026, com 483 empresários e o apoio dos Sindicatos filiados, avaliando 42 assertivas distribuídas em sete macrotemas, revela um ambiente de negócios em que todos os eixos estratégicos atingiram a faixa Severo ou Limitante no Índice de Dificuldade Empresarial.

O resultado não é pontual. É sistêmico. Nenhum macrotema ficou abaixo de 6,83/10, e a mensagem é clara: o empresário catarinense não enfrenta um problema isolado, e sim um ecossistema de obstáculos simultâneos que se reforçam mutuamente. E isso num Estado que é o segundo mais competitivo do Brasil e detém o terceiro maior IDH do país.

“O sentimento é de que estou sozinha, queimando massa cinzenta para resolver desafios diários que parecem insolúveis. O comércio está incerto, e o setor está sendo espremido entre a falta de produtividade da mão de obra, a ganância fiscal e o empobrecimento do consumidor.”

ÍNDICE DE DIFICULDADE MÉDIO GERAL DO SETOR

7,44

em 10 · Categoria: SEVERO · 7 macrotemas · 42 assertivas

Síntese do Ranking IDE

#	Macrotema	Score	IDE	Categoria
1º	Desenvolvimento Econômico	8,11	8/10	Severo
2º	Trabalho e Qualificação	7,56	8/10	Severo
3º	Tecnologia e Digital	7,52	8/10	Severo
4º	Empreendedorismo	7,17	7/10	Severo
5º	Comércio Exterior	7	7/10	Severo
6º	Desenvolvimento Regional e Sustentabilidade	6,85	7/10	Crítico
7º	Segurança e Ilegalidade	6,83	7/10	Crítico

Principais constatações

O desenvolvimento econômico lidera as dificuldades, com IDE de 8,11. A carga tributária sobre o negócio (9,1/10) é a assertiva mais crítica de todo o levantamento. Somada ao custo do crédito (8,7) e à taxa de juros (8,6), configura um tripé de pressão financeira que impede o investimento e ameaça a sobrevivência.

Trabalho e qualificação profissional (IDE 7,56) ocupa o segundo lugar, combinando a escassez estrutural de mão de obra qualificada com o impacto antecipado da extinção da escala 6x1. Tecnologia e transformação digital (IDE 7,52) mostra que, na visão dos empresários, os grandes adversários do varejo local são as grandes plataformas de e-commerce. Empreendedorismo (IDE 7,17) revela que abrir empresa ficou mais fácil – porém, crescer depois continua sendo o desafio real.

“Em resumo, o grande desafio hoje não é apenas crescer, mas manter o negócio saudável e sustentável num cenário de alta carga tributária, instabilidade econômica e baixa previsibilidade jurídica.”

O que os empresários demandam

Educação (26%), saúde (22,4%) e segurança pública (19,6%) concentram 68% das políticas públicas consideradas como prioritárias. A convergência entre essas demandas e os IDEs calculados é precisa: a educação responde ao IDE 7,9 da qualificação técnica; segurança, ao IDE 7,7 da pirataria e informalidade. Infraestrutura (13,8%) e saneamento básico (6,2%) completam o top cinco.



Diagnóstico do setor

Os resultados da pesquisa estão organizados por macrotema, com o IDE individual de cada assertiva e o score consolidado do eixo. Todos os sete macrotemas atingiram a faixa Severo ou Crítico, evidenciando gargalos estruturais amplos e generalizados.

Nº	Macrotema	Assertivas	IDE	Categoria
1º	Desenvolvimento Econômico	11	8,11	Severo
2º	Trabalho e Qualificação Profissional	8	7,56	Severo
3º	Tecnologia e Transformação Digital	6	7,52	Severo
4º	Empreendedorismo	3	7,17	Severo
5º	Comércio Exterior	2	7	Severo
6º	Desenvolvimento Regional e Sustentabilidade	8	6,85	Crítico
7º	Segurança e Combate à Ilegalidade	4	6,83	Crítico

Macrotema 1 • IDE 8,11

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

IDE: 8,11 – Severo

Com IDE de 8,11/10 — o mais elevado entre os sete macrotemas e o único classificado como Severo —, o ambiente tributário, financeiro e macroeconômico é o obstáculo central ao crescimento das empresas catarinenses. A carga tributária sobre o negócio lidera todo o levantamento com média 9,1, a assertiva mais crítica entre todas as 42 avaliadas.

Sistema tributário: complexidade que desafia a competitividade

A carga tributária excessiva é o obstáculo mais recorrente em toda a pesquisa. Além dos altos valores, a complexidade do sistema tributário exige acompanhamento constante, aumenta o custo operacional e reduz a previsibilidade decisória. O cumprimento de obrigações acessórias atingiu IDE 8,4. A adequação dos sistemas internos às novas regras tributárias (8) e a compreensão sobre a reforma (7,9) revelam que a transição em curso gera ansiedade e custo adicional.

“Sobreviver nesse cenário de constantes mudanças tributárias, aumento de impostos, insegurança jurídica e juros elevados.”

“A carga tributária já consome cerca de 12% do faturamento, mesmo no Simples Nacional. A transição para o novo modelo (IBS/CBS) gera um medo real: sem custos suficientes para abater créditos, a venda para CNPJ será prejudicada, e a manutenção no Simples se torna uma incógnita.”

“Não há entendimento das mudanças previstas na área tributária. Não há acesso a planos de desenvolvimento. Só são disponibilizados a poucos e selecionados.”

Juros, crédito e equilíbrio fiscal

As altas taxas de juros (8,6) e o custo elevado do crédito (8,7) impactam diretamente a rentabilidade e dificultam investimentos em expansão e capital de giro. A situação das contas públicas (7,6) e a taxa de câmbio (7,4) formam um cenário de insegurança que compromete decisões estratégicas de longo prazo.

“Alta taxa de juros e carga tributária impactam diretamente quando se trata de uma operação de crédito.”

“Excesso de obrigações acessórias e elevado custo tributário, bem como taxas de juros muito elevadas. Concorrência predatória local e on-line. Falta de normas. Falta de uma política tributária adequada.”

Assertiva avaliada	IDE	Score
Carga tributária incidente sobre o negócio	9.10	●●●●●●●○
Custo do crédito	8.70	●●●●●●●○
Taxa de juros	8.60	●●●●●●●○
Cumprimento de obrigações acessórias	8.40	●●●●●●○○
Sistema jurídico/judicial para resolução de litígios	8.10	●●●●●●○○
Adequação dos sistemas internos às novas regras tributárias	8.00	●●●●●●○○
Nível de compreensão sobre as mudanças da reforma tributária	7.90	●●●●●●○○
Acesso a informações sobre mudanças tributárias relevantes	7.70	●●●●●●○○
Processos para obtenção de licenças ambientais	7.70	●●●●●●○○
Situação atual das contas públicas (equilíbrio fiscal)	7.60	●●●●●●○○
Taxa de câmbio	7.40	●●●●●○○○

ÍNDICE DE DIFICULDADE EMPRESARIAL

Desenvolvimento Econômico

●●●●●●○○

Média: 8.11 - Categoria: Severo

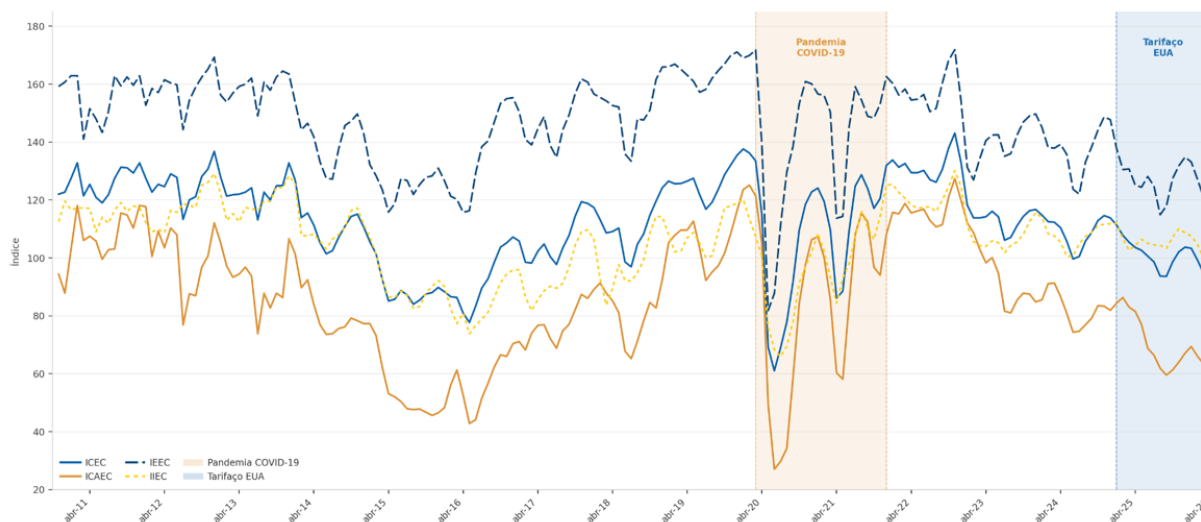
8/10

Severo

O ICEC confirma: os empresários estão pessimistas

O diagnóstico do macrotema Desenvolvimento Econômico é corroborado mês a mês pelo Índice de Confiança dos Empresários do Comércio (Icec) de Santa Catarina. O Icec é o termômetro da percepção empresarial: valores acima de 100 indicam otimismo; abaixo de 100, pessimismo. E o que os dados mostram desde novembro de 2022 é uma trajetória de queda que colocou o empresariado catarinense em zona de pessimismo.

Indicadores do Icec - Santa Catarina



Fonte: Fecomércio-SC com dados da CNC. ICEC = Índice de Confiança; ICAEC = Condições Atuais; IECE = Expectativas; IIEC = Intenção de Investimento.

Em novembro de 2022, o Icec atingiu 143,1 pontos — o pico da série histórica pós-pandemia, refletindo os efeitos da retomada econômica. Desde então, a trajetória é de queda persistente, com oscilações, mas sem reversão sustentada. Em abril de 2026, o índice recua a 93 pontos — o menor nível desde agosto de 2016 —, registrando uma erosão de 50,1 pontos em menos de quatro anos.

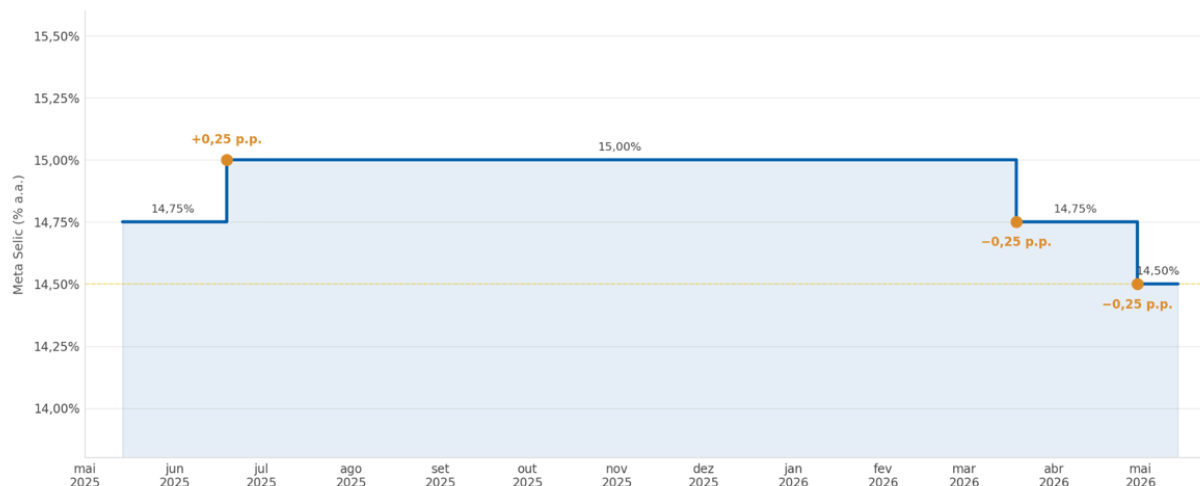
Mais preocupante que o Icec geral é o comportamento do Índice de Confiança em Relação às Condições Atuais da Economia (Icaec), que caiu para apenas 65 pontos em abril de 2026. Isso significa que os empresários avaliam o momento presente como fortemente desfavorável, independentemente das expectativas futuras. A distância crescente entre Índice de Expectativa do Empresário do Comércio (Iiec) (expectativas, 117,7) e Icaec (condições atuais, 65) indica uma crise de realidade: o empresário ainda acredita que o futuro pode melhorar, mas o presente é desafiador.



A taxa Selic e o freio ao investimento

O cenário de juros no Brasil agrava o quadro. Nos últimos meses, a taxa Selic atingiu o maior patamar dos últimos 20 anos (15% a.a.), criando um ambiente em que o custo do crédito produtivo é proibitivo para a maioria das pequenas e médias empresas. Para o empresário do comércio e serviços, isso significa que expandir, modernizar ou simplesmente manter o capital de giro se tornou uma equação cada vez mais desfavorável: a rentabilidade do negócio precisa superar não apenas os custos operacionais e tributários, como também o altíssimo custo do dinheiro no mercado.

Taxa Selic



Fonte: Fecomércio-SC com dados do BACEN.

O Índice de Intenção de Investimento (IIEC) reflete esse freio com precisão. Em abril de 2026, o indicador recuou a 96,4 pontos, abaixo da linha de neutralidade pela primeira vez desde o período crítico de 2016, sinalizando que a maioria dos empresários está postergando ou cancelando decisões de investimento. Essa retração não é apenas um sinal de pessimismo: é uma consequência direta do custo do crédito (IDE 8,7/10 na pesquisa) e das altas taxas de juros (IDE 8,6/10).

O Icec, portanto, valida o IDE. O macrotema Desenvolvimento Econômico, com 8,11/10 e classificado como Severo, não é um número abstrato: é a tradução quantitativa do que esse índice registra mês a mês. O empresário ainda acredita no futuro – Icec 117,7 –, mas o presente, com Icac de apenas 65 e juros no maior patamar dos últimos 20 anos, está sistematicamente inviabilizando o crescimento.

Macrotema 2 • IDE 7,56

TRABALHO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

IDE: 7,56 – Severo

Com IDE de 7,56/10 e posicionado como segundo macrotema de maior pressão, Trabalho e Qualificação Profissional revela duas camadas distintas e urgentes de problema: a escassez estrutural de mão de obra qualificada – que já compromete a operação cotidiana das empresas – e o impacto potencial da extinção da escala 6x1, que ameaça virar a equação financeira do setor.

Escassez de mão de obra: as diferenças da nova geração

A qualificação técnica da mão de obra disponível atingiu IDE 7,9. Os relatos dos empresários constroem um panorama consistente: a nova geração enfrenta dificuldades de comprometimento, foco e postura profissional, ao mesmo tempo que os benefícios sociais sem contrapartida reduzem o incentivo à inserção no mercado formal.

“Enfrentamos uma escassez severa de profissionais qualificados. Possuir ensino médio completo não tem garantido competências básicas de soma ou comunicação. Há uma falha grave na postura profissional e, principalmente, no comprometimento. O atendimento ao cliente é interrompido abruptamente por horários de saída.”

“A nova geração não está adaptada a seguir ordens e a ter foco e trabalhar no coletivo, sobrecarregando assim o empresário!”

“Escassez de mão de obra derivada do excesso de benefícios sociais oferecidos pelo governo federal sem exigência de contrapartidas. É necessária e urgente uma mudança estabelecendo prazo para recebimento, qualificação e requalificação profissional com inserção ao mercado de trabalho.”

Alerta: impacto da extinção da escala 6x1

Seis das oito assertivas deste macrotema capturam diretamente os efeitos percebidos da possível transição para 5x2. Os custos com folha (8,3) e o repasse ao preço final (8,3) lideram, seguidos pela sustentabilidade de longo prazo (7,6), manutenção dos horários de funcionamento (7,4), retenção de funcionários (7,3) e gestão de turnos e folgas (7,2). A posição do setor é inequívoca: qualquer mudança na jornada sem desoneração proporcional é inviabilizadora.

“Folha de pagamento com alto custo pelos encargos sociais e, havendo a mudança de escala 5x2, aumento maior do custo para a empresa.”

“Sobrecarga tributária, imprevisibilidade jurídica, concorrência desigual e possível redução na jornada de trabalho sem a redução de custos. Essa combinação é devastadora.”

“Impostos absurdos, custo da mão de obra, falta de mão de obra qualificada, concorrência virtual, e-commerce (compras on-line). Altas taxas tributárias e vários impostos criados.”

Assertiva avaliada	IDE	Score
■ Custos com folha de pagamento	8.30	●●●●●●●●○○
■ Repasse de custos ao preço final	8.30	●●●●●●●●○○
■ Qualificação técnica da mão de obra disponível	7.90	●●●●●●●●○○
■ Sustentabilidade do negócio no longo prazo	7.60	●●●●●●●●○○
■ Manutenção dos horários de funcionamento do estabelecimento	7.40	●●●●●●●●○○
■ Retenção de funcionários	7.30	●●●●●●●●○○
■ Gestão de turnos e folgas	7.20	●●●●●●●●○○
Negociação com os sindicatos laborais	6.50	●●●●●●●●○○

■ Assertiva relacionada ao impacto da redução da jornada de trabalho / extinção da escala 6x1

ÍNDICE DE DIFICULDADE EMPRESARIAL

Trabalho e Qualificação Profissional

●●●●●●●●○○

Média: 7.56 · Categoria: Severo

8/10

SEVERO

Pesquisa Fecomércio-SC — Estimativas do impacto da redução da jornada 6x1

A Fecomércio-SC realizou estudo específico para estimar os efeitos das mudanças na jornada de trabalho nos setores de comércio e serviços de Santa Catarina. Os resultados são claros: a redução da jornada semanal para 40 horas, sem ganhos compensatórios de produtividade, aumenta imediatamente o custo unitário do trabalho e coloca em risco dezenas de milhares de empregos formais no setor terciário catarinense.

O ponto de partida é a dimensão do impacto. Comércio e serviços respondem conjuntamente por 65,6% dos empregos formais catarinenses e por 61,3% dos vínculos celetistas — 1.535.116 contratos por Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 2024. São setores com forte dependência de organização de turnos, atendimento ao público e funcionamento em fins de semana e feriados: exatamente o perfil mais afetado pela extinção da escala 6x1².

² Fonte: Núcleo de Inteligência Estratégica Fecomércio SC com dados da RAIS 2024.

Sector / Indicador	2023	2024	Variação	Participação
Vínculos totais em 31/12				
Comércio	523.776	539.830	3,1%	18,9%
Serviços	1.274.163	1.338.217	5%	46,7%
Comércio & serviços	1.797.939	1.878.047	8,1%	65,6%
Total SC	2.749.816	2.863.776	4,1%	100%
Vínculos CLT em 31/12				
Comércio	515.367	530.726	3%	21,19%
Serviços	947.717	1.004.390	6%	40,09%
Comércio & serviços	1.463.084	1.535.116	4,9%	61,3%
Total SC	2.400.083	2.505.057	4,4%	100%

O custo da hora trabalhada: impacto imediato

A premissa central do estudo considera que, mantido constante o salário nominal, a redução da jornada eleva automaticamente o custo unitário da hora trabalhada. E os números por setor são expressivos.



No comércio, o impacto é mais severo pela estrutura das jornadas praticadas: 93% dos vínculos estão acima de 41 horas semanais. O comércio varejista não especializado (supermercados, armazéns, mercearias), que concentra 20,4% do emprego do setor, veria o custo da hora crescer 10,9%. Os supermercados, sozinhos, respondem por 14,8% do aumento médio do custo da hora trabalhada do setor, seguidos por vestuário e acessórios (5,4%).

Nos serviços, embora o impacto médio seja menor (6,9%), o transporte rodoviário de carga lidera o aumento por grupo (9,7%), seguido por restaurantes e similares – que concentram 84,3% dos vínculos afetados e veriam o custo da hora subir 8,5%. Nas empresas de 20 a 49 empregados, o aumento médio chegaria a 7,3%.

O preço em empregos: simulação de impacto

A simulação mais crítica do estudo mensura o que a redução de jornada pode custar em postos de trabalho formais. Considerando a elasticidade da demanda por trabalho, o estudo estima que:



IMPACTO COMBINADO ESTIMADO: 27.400 empregos formais perdidos em SC
somente no setor de comércio e serviços, sem ganhos compensatórios de produtividade

A conclusão mostra que a redução da jornada, na ausência de ganhos compensatórios de produtividade, implica aumento imediato do custo unitário do trabalho, especialmente em atividades intensivas em mão de obra e com elevada predominância de jornadas superiores a 41 horas³. Sua implementação demandaria ajustes operacionais que, na prática, se traduziriam em compressão de margens, repasse ao consumidor ou impacto direto sobre a geração e manutenção do emprego formal.

“Sobrecarga tributária, imprevisibilidade jurídica, concorrência desigual e possível redução na jornada de trabalho sem a redução de custos. Essa combinação é devastadora para o comércio.”

“A mudança para 5x2 sem desoneração vai aumentar muito o custo para a empresa. Já estamos no limite. Se subir mais, não tem saída.”

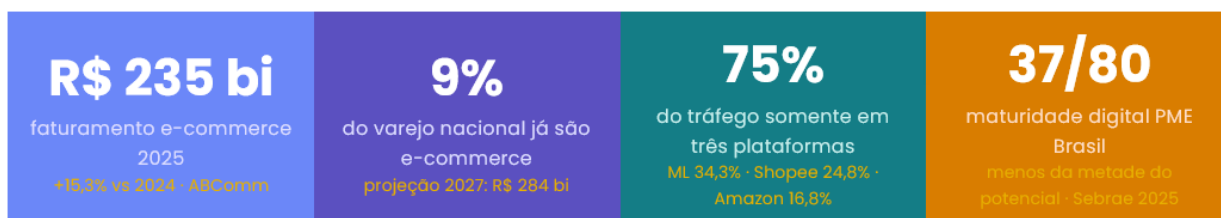
Macrotema 3 • IDE 7,52

TECNOLOGIA E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

IDE: 7,52 – Severo

Com IDE de 7,52/10, este macrotema concentra duas pressões que se alimentam mutuamente: a concorrência assimétrica das grandes plataformas digitais – que operam com vantagens de escala, tecnologia e, até recentemente, fiscalidade – e o gap de digitalização que impede o varejo físico de responder em igualdade de condições. Os dados nacionais tornam a magnitude do problema incontestável.

³ Fonte: Núcleo de Inteligência Estratégica Fecomércio SC. Metodologia baseada em IPEA (2026). Dados de vínculos: RAIS 2024 (Ministério do Trabalho e Emprego).



O lojista físico se tornou showroom

O e-commerce nacional cresceu 15,3% em 2025, chegando a R\$ 235 bilhões, e as projeções indicam que deva chegar a R\$ 379 bilhões até 2030⁴. Três plataformas – Mercado Livre, Shopee e Amazon – controlam 75% de todo o tráfego digital do Brasil. A Shopee sozinha movimentou R\$ 60 bilhões em 2024, consolidando-se como a segunda maior plataforma de e-commerce do País. Diante disso, o varejo físico catarinense compete com adversários que têm escala nacional, logística própria e capacidade de subsídio de preço incompatível com qualquer estrutura de custo do comerciante local.

“O lojista físico se tornou um showroom para a internet. O cliente vem à loja conferir tamanho, cor e qualidade, mas finaliza a compra on-line por preços menores, com os quais não conseguimos competir devido aos nossos custos fixos e tributários.”

“Vendas on-line têm sido a maior dificuldade em todos os ramos do comércio. Empresas chinesas e argentinas entrando no nosso País e fazendo o que querem. Os políticos têm que fazer leis para dificultar tremendamente esse comércio.”

“A concorrência das grandes plataformas internacionais, colocando produtos a preços muito abaixo dos custos de produção nacional. Produzido em países onde não existem encargos sociais, e há horário de trabalho não controlado e pressão de produtividade.”

Assimetria tributária: a revogação da taxa das blusinhas

Entre agosto de 2024 e maio de 2026, compras internacionais de até US\$ 50 realizadas em plataformas como Shein, Shopee e AliExpress estavam sujeitas a imposto de importação de 20%, além do ICMS estadual (17% a 20%), o que elevava o custo total das remessas em até 47%. A medida funcionava como um mecanismo de isonomia: o varejo formal brasileiro, que recolhe todos os tributos e cumpre encargos trabalhistas, passava a competir em condições menos assimétricas com plataformas estrangeiras. Em 2025, o imposto gerou R\$ 5 bilhões em arrecadação federal; nos quatro primeiros meses de 2026, R\$ 1,78 bilhão – recorde para o período (Receita Federal, 2026).

Em 12 de maio de 2026, durante a elaboração deste documento, o imposto foi revogado por Medida Provisória. Na prática, uma compra de US\$ 50 que custava R\$ 354 (imposto de importação de 20% + ICMS de 17%) passa a custar cerca de R\$ 295 (apenas ICMS)⁵. A redução de R\$ 59 por compra reforça a vantagem competitiva das plataformas internacionais sobre o varejo formal brasileiro, que segue recolhendo ISS, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins e encargos trabalhistas. A medida é diretamente relevante para o macrotema: o IDE 8 de concorrência com plataformas nacionais e o 7,7 de plataformas internacionais capturam exatamente essa assimetria estrutural.

⁴ Fontes: ABComm; Itaú BBA.

⁵ Fonte: g1 / Receita Federal.

ANTES (ago/2024 – mai/2026) Compra de US\$ 50 + 20% II + 17% ICMS = R\$ 354	APÓS REVOGAÇÃO (a partir de mai/2026) Compra de US\$ 50 Isento de II + 17% ICMS = R\$ 295
--	--

Queda de R\$ 59 por compra de US\$ 50 – impacto direto sobre a competitividade do varejo físico e do e-commerce nacional. Cotação do dólar: R\$ 4,89 (13/05/2026).

“Concorrência desleal, produtos importados e informalidade. Enquanto eu pago todos os impostos e encargos, o concorrente vende pelo Instagram sem nota e com preço impossível de competir. Isso precisa de fiscalização.”

Digitalização: avanço real, mas gap ainda crítico

Em 2025, 76% dos pequenos negócios brasileiros já utilizam computadores, e 98% têm acesso à internet (Sebrae)⁶. Mas o Indicador de Maturidade Digital (IMD) médio chegou a apenas 37 pontos numa escala de 0 a 80 – menos da metade do potencial. O uso ainda é básico: concentrado em redes sociais e serviços bancários, com baixo aproveitamento de ferramentas de gestão, análise de dados e integração de canais. No Sul, o avanço foi o mais tímido do País (+1%). O IDE 6,7 da assertiva de digitalização do negócio reflete exatamente esse retrato: há disposição para digitalizar, mas faltam capital, orientação e programas que efetivamente cheguem ao pequeno varejo.

“Os sindicatos dos estados, federações, confederações de várias instituições têm que se unir para barrar de vez essas entradas on-line. Essa mobilização nacional tem que ser com urgência. Não tem que esperar.”

Assertiva avaliada	IDE	Score
Concorrência com plataformas de vendas on-line nacionais	8	●●●●●●●○
Acesso a financiamento para inovação – programas federais	7.70	●●●●●●●○
Concorrência com plataformas de vendas on-line internacionais	7.70	●●●●●●●○
Regulamentação e incentivos para inovação de produtos ou processos	7.60	●●●●●●●○
Acesso a financiamento para inovação – programas estaduais	7.40	●●●●●●○
Digitalização do negócio	6.70	●●●●●●○

⁶ Fontes: ABComm (2024/2025); Conversion – Setores do E-commerce no Brasil (jul/2025); Itaú BBA; Receita Federal (2026); Sebrae – Pesquisa de Maturidade Digital dos Pequenos Negócios (2025); CNI/IDV; g1/Globo.

ÍNDICE DE DIFICULDADE EMPRESARIAL

Tecnologia e Transformação Digital



Média: 7,52 · Categoria: Severo

8/10

SEVERO

Macrotema 4 • IDE 7,17

EMPREENDEDORISMO

IDE: 7,17 – Severo

Com IDE de 7,17/10, este macrotema expõe um paradoxo: abrir empresa em Santa Catarina tem sido cada vez mais fácil, mas crescer depois é cada vez mais caro. O tempo médio para registrar uma nova empresa no Estado caiu pela metade nos últimos três anos. Em 2022, o processo levava 4,6 horas, e em 2025, 2,2 horas – menos de um quinto da média nacional de 11,4 horas, conforme dados do Mapa de Empresas do Governo Federal e da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (Jucesc). O resultado é visível: 256 mil novas empresas abertas em Santa Catarina de janeiro a outubro de 2025, batendo um recorde histórico de empreendedorismo.

ABRIR EMPRESA

2,2h

tempo médio em SC em 2025

SC: 256 mil novas empresas em 2025

IDE 5,9 - Percepção: acessível

X

ACESSAR CRÉDITO

50,3%

capital de giro ao ano (crédito livre)

SELIC em 15% a.a. – maior desde 2006

IDE 7,9 - Percepção: inviável

Por outro lado, o crédito que sufoca quem já abriu

Empreendedorismo (IDE 7,17) expõe um paradoxo semelhante: abrir empresa ficou mais fácil – 2,2 horas em média, com 256 mil novas empresas abertas em 2025 –, mas crescer continua travado pelo custo do crédito. Com a Selic a 15% ao ano[DS1.1], o capital de giro no crédito livre chegou a 50,3% ao ano em 2025, e o spread bancário atingiu 21,4 pontos percentuais. Programas de crédito subsidiado e linhas de juros reduzidos existem e cumprem papel relevante para uma parcela dos pequenos negócios, mas seu alcance é limitado diante da magnitude do problema: quando a taxa básica está nesse patamar, o custo do dinheiro se impõe sobre qualquer instrumento disponível e comprime as possibilidades de quem já abriu as portas e quer se consolidar.

“Limitação ao acesso ao crédito e taxa de juros exorbitantes, combinado com insegurança jurídica nas relações de trabalho e tributárias.”

“No comércio, hoje em dia, a mão de obra está bem complicada de achar, e as linhas de crédito para o comércio são muito difíceis de conseguir.”

⁷ Fontes: Banco Central do Brasil – Estatísticas Monetárias e de Crédito (dez/2025); ANEFAC (set/2025); Mapa de Empresas – Governo Federal (2024/2025); Pronampe/BDMG (2026).

“Acredito que a gestão financeira, o excesso de burocracia e a aquisição de créditos são os maiores desafios para quem está iniciando.”

“Dificuldade na obtenção de financiamento para aquisição de imóveis, impactando na venda de imóveis. Precificação do imóvel acima do valor de mercado, inflacionando o setor e tornando os negócios inviáveis frente ao poder aquisitivo do consumidor.”

Assertiva avaliada	IDE	Score
Procedimentos e exigências para obtenção de crédito	7.90	●●●●●●●○
Disponibilidade de linhas de crédito adequadas ao negócio	7.70	●●●●●●●○
Condições para abertura e formalização de empresas	5.90	●●●●●○○○

ÍNDICE DE DIFICULDADE EMPRESARIAL

Empreendedorismo

●●●●●●●○

Média: 7.17 · Categoria: Severo

7/10

SEVERO

Macrotema 5 • IDE 7

COMÉRCIO EXTERIOR

IDE: 7 – Severo

Com IDE de 7/10, o Comércio Exterior concentra dois vetores de pressão sobre o setor produtivo catarinense: as barreiras estruturais do mercado internacional – agravadas pela nova política tarifária dos Estados Unidos – e a assimetria tributária com produtos importados que competem no mercado interno sem as mesmas obrigações fiscais e trabalhistas do varejo formal.

US\$ 12,2 bi

exportações de SC em 2025

200+ destinos · MDIC/SICDS

US\$ 2,7 bi

exportações 1º trim. 2026

-2,6% vs 1º trim. 2025

10%

15% das exportações brasileiras sujeitas às sobretaxas

Exportações de SC e o choque tarifário americano

Santa Catarina é o quinto maior estado exportador do Brasil, com US\$ 12,2 bilhões em 2025 e recorde histórico de US\$ 2,7 bilhões no primeiro trimestre de 2026 – recuo de 2,6% frente ao mesmo período de 2025. A pauta exportadora catarinense é liderada por carnes de aves e suína, motores elétricos, soja e manufaturados com alto grau de abertura ao mercado estadunidense, exatamente o mercado que passou a aplicar tarifas agressivas sobre produtos brasileiros a partir de abril de 2025⁸.

O pacote tarifário do governo Trump impõe alíquotas de 10% a 34% sobre importações de produtos brasileiros nos Estados Unidos, com impactos diretos nos setores de proteína animal, aço, papel e celulose e manufaturados – todos com expressiva participação na pauta de Santa Catarina. O efeito vai além da exportação direta: a retaliação tarifária pressiona cadeias globais de valor, eleva custos de insumos importados e cria instabilidade cambial que se traduz em incerteza para todo o planejamento empresarial.

Alerta: impacto do tarifaço americano sobre SC

Os EUA respondem por cerca de 12% das exportações catarinenses. Com tarifas sobre produtos brasileiros, setores como proteína animal, aço e manufaturados enfrentam perda imediata de competitividade no principal mercado consumidor do mundo. A combinação de câmbio volátil, juros altos e barreiras tarifárias externas forma um ambiente de dupla compressão sobre o exportador catarinense.

Assimetria tributária com importados: o outro lado do problema

Para o varejo local, o comércio exterior não é apenas uma questão de exportação. É também de concorrência desleal com produtos importados que chegam ao mercado brasileiro com carga tributária inferior à suportada pelo empresário formal. Plataformas de e-commerce internacional operam sem os mesmos encargos trabalhistas, sem obrigações acessórias e, até recentemente, sem imposto de importação equivalente. O empresário que produz ou comercializa no Brasil paga tributos, cumpre normas e financia a seguridade social ao mesmo tempo em que compete com quem não o faz.

“Altas taxas tributárias e impostos criados, competitividade desleal com produtos importados e sites estrangeiros.”

“Momento econômico do País, câmbio desfavorável para quem vende para o exterior. A variação cambial associada às incertezas do comércio global amplia a instabilidade e dificulta qualquer planejamento de médio prazo.”

⁸ Fontes: MDIC (2024/2025); CAMEX; MDIC – Balança Comercial (2025/2026); FIESP/CNI (análise de impacto setorial, 2025).

Assertiva avaliada	IDE	Score
Barreiras tarifárias e não tarifárias no comércio internacional	7.30	●●●●●○○○
Processos aduaneiros	6.70	●●●●●○○○

ÍNDICE DE DIFICULDADE EMPRESARIAL

Comércio Exterior

●●●●●○○○

Média: 7.00 · Categoria: Severo

7/10

SEVERO

Macrotema 6 • IDE 6,85

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E SUSTENTABILIDADE

IDE: 6,85 — Severo

Com IDE de 6,85/10, a infraestrutura catarinense apresenta o penúltimo score entre os macrotemas, mas ainda na faixa Severo. As deficiências no sistema viário e de mobilidade impactam diretamente o fluxo de clientes, a experiência de consumo e o custo de distribuição de mercadorias, e isso num estado cuja competitividade exportadora e turística depende, literalmente, de estradas que funcionem.

Os números do corte: o Estado paga a conta

Os investimentos federais em rodovias de Santa Catarina são insuficientes. O orçamento do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) para obras e manutenção de BRs no Estado caiu de R\$ 1,04 bilhão em 2023 para R\$ 506,7 milhões em 2026 — um recuo de 51% em três anos. Segundo a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc), apenas para a BR-470 seriam necessários R\$ 200 milhões adicionais. A duplicação das BR-470 e BR-280, principais vias logísticas do Estado, segue inacabada, com cronogramas sistematicamente atrasados. Enquanto Santa Catarina bate recordes de exportação e turismo, o Estado vê seu principal corredor logístico subfinanciado pelo governo federal⁹.

“Falta de infraestrutura na mobilidade e transportes de mercadorias e fluxo de veículos. Principalmente de Florianópolis a Joinville, totalmente saturado, e toda a BR-470.”

⁹ Fontes: FIESC — Ofício ao Ministério dos Transportes (out/2025); ND Mais (dez/2025); Orçamento da União (LOA 2026); DNIT.

“Altos impostos, sem incentivo de turismo na cidade, dificultam mais o fluxo de clientes. A infraestrutura das ruas no centro da cidade limita acesso dos clientes às lojas, e com o trânsito trancado preferem não ir para o centro.”

“Concorrência desleal (sonegação); carga tributária altíssima com pouco retorno; e mobilidade urbana integrada. Alta carga tributária e pouco retorno dos impostos para a região.”

Assertiva avaliada	IDE	Score
Condições das rodovias federais	7.60	●●●●●●●○
Mobilidade urbana e diversidade de modais de transporte	7.40	●●●●●●○○
Condições das estradas e rodovias estaduais	7.00	●●●●●●○○
Condições das estradas e rodovias municipais	6.70	●●●●●●○○
Condições de fornecimento de energia (custo, distribuição e qualidade)	6.70	●●●●●●○○
Situação dos aeroportos e disponibilidade de linhas aéreas	6.60	●●●●●●○○
Acesso e qualidade das telecomunicações	6.40	●●●●●○○○
Situação dos portos	6.40	●●●●●○○○

ÍNDICE DE DIFICULDADE EMPRESARIAL

Desenvolvimento Regional e Sustentabilidade

●●●●●●○○

Média: 6.85 · Categoria: Severo

7/10

SEVERO

SEGURANÇA E COMBATE À ILEGALIDADE

IDE: 6,83 — Severo

Com IDE de 6,83/10, a pirataria e o mercado informal lideram as preocupações deste macrotema com 7,7. A informalidade não é apenas concorrência desleal, é uma sangria sistêmica que corrói a rentabilidade do comércio formal e, ao mesmo tempo, priva o Estado de receita fiscal que deveria voltar aos serviços públicos.

R\$ 473 bilhões em prejuízo

Os prejuízos econômicos¹⁰ causados por pirataria, contrabando e mercado ilegal no Brasil atingiram R\$ 473 bilhões em 2025, valor mais de quatro vezes superior ao de 2014, segundo levantamento do Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade (FNCP). Desse total, R\$ 146,8 bilhões se referem à perda de arrecadação fiscal. O setor mais afetado é o de vestuário, exatamente o segmento mais representativo no varejo catarinense: R\$ 87 bilhões de prejuízo. O mercado ilegal representa 3,75% do PIB brasileiro. Apenas em 2024, a Receita Federal apreendeu mais de R\$ 3,7 bilhões em produtos contrabandeados e falsificados.

R\$ 473 bilhões

prejuízo total em 2025
64x mais que 2020 - FNCP

R\$ 146,8 bi

em arrecadação fiscal perdida
R\$ 87 bi só em vestuário

Informalidade e insegurança física: dois lados do mesmo problema

Para o empresário formal, o problema tem duas faces: a concorrência de quem não paga impostos e o custo da insegurança física que afasta o consumidor. As despesas com segurança privada (IDE 6,9) e a ocorrência de crimes no entorno do negócio (6,6) representam custos que não existem em países com aparato público de segurança eficiente. Aqui, tornaram-se parte do custo operacional fixo.

“Carga tributária alta para quem trabalha certo, pouca fiscalização para os que trabalham errado, na informalidade e pirataria.”

“Venda pela internet sem pagamento dos impostos = concorrência desleal. Falta de regulamentação dos produtos, e ficamos à mercê da ilegalidade de quem vende em casa itens que não podemos vender na loja.”

“Carga tributária elevada, dificuldade de mão de obra, sensação de insegurança (furtos, mendigos), insegurança jurídica. Tudo isso junto torna insustentável manter as portas abertas.”

¹⁰ Fontes: Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade — FNCP, 2024; Receita Federal, 2024; IEDI (2025).

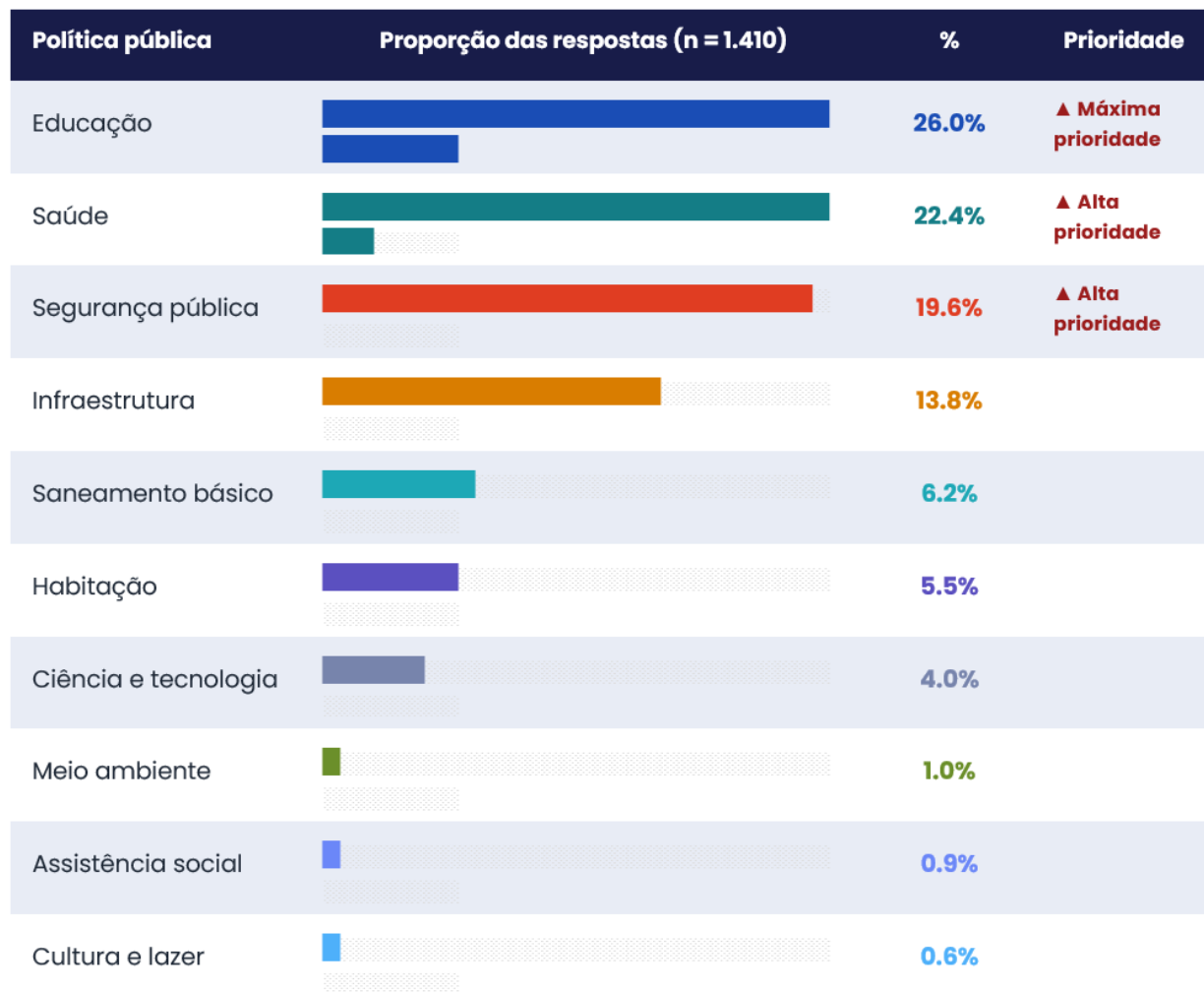
Assertiva avaliada	IDE	Score
Pirataria e mercado informal	7.70	●●●●●●●○
Despesas com medidas de segurança privada	6.90	●●●●●●○○
Ocorrência de crimes no entorno do negócio	6.60	●●●●●●○○
Atuação das forças de segurança	6.10	●●●●●○○○

ÍNDICE DE DIFICULDADE EMPRESARIAL Segurança e Combate à Ilegalidade ●●●●●●○○ Média: 6.83 · Categoria: Severo	7/10 SEVERO
---	------------------------------



Políticas públicas prioritárias

A partir de 1.410 respostas válidas, os empresários elegeram suas três principais prioridades de política pública para o desenvolvimento econômico e social de Santa Catarina. O resultado reflete com precisão os gargalos identificados ao longo do levantamento.



A educação surge como prioridade máxima, com 367 menções (26%), respondendo diretamente ao IDE 7,9 da qualificação técnica da mão de obra – o gargalo mais citado no macrotema Trabalho e Qualificação. A saúde concentra 22,4% das indicações, reforçando que a competitividade depende do bem-estar da força de trabalho. A segurança pública é apontada por 19,6% dos respondentes, em linha direta com os IDEs de pirataria (7,7) e crimes no entorno do negócio (6,6).

Infraestrutura (13,8%) e saneamento básico (6,2%) completam as cinco prioridades mais citadas. Juntas, essas cinco áreas concentram 88% de todas as respostas, uma convergência que valida o diagnóstico quantitativo do IDE e orienta a priorização de investimentos públicos.

Habitação (5,5%), ciência e tecnologia (4,0%), meio ambiente (1,0%), assistência social (0,9%) e cultura e lazer (0,6%) completam o espectro das demandas, evidenciando que os empresários reconhecem a amplitude das responsabilidades do Estado.



Agenda de prioridades por macrotema

Ações prioritárias de política pública estruturadas por macrotema, derivadas diretamente do diagnóstico quantitativo e das demandas expressas pelos empresários catarinenses ao longo da pesquisa.

Macrotema 1 • IDE 8,11

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Reforma tributária simplificadora: *garantir que a reforma funcione como instrumento de simplificação e previsibilidade fiscal, evitando aumento real da carga sobre o setor terciário. Os empresários são categóricos: “Não há entendimento das mudanças previstas”. A reforma precisa ser comunicada, acompanhada e ajustada em parceria com o setor produtivo.*

Grupo de monitoramento paritário: *criar grupo técnico permanente (governo + setor produtivo) para acompanhar os impactos da reforma tributária e propor ajustes tempestivos. A insegurança jurídica e tributária é citada como um dos maiores inibidores de investimento.*

Regularização tributária: *ampliar programas de parcelamento estaduais com condições especiais para empresas do setor terciário, permitindo regularização sem comprometimento do fluxo de caixa.*

Desburocratização de licenças: *implementar alvará unificado com prazo máximo de 15 dias para atividades de baixo risco. Como apontam os empresários: “Alta carga tributária, falta de política pública que simplifique o processo de aprovação e licenciamento dos empreendimentos”.*

Macrotema 2 • IDE 7,56

TRABALHO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Programas de qualificação: *bolsas de qualificação vinculadas à contratação formal, com incentivo fiscal para empresas que capacitarem e absorverem trabalhadores. Os empresários são claros: “Falta de mão de obra qualificada. A geração atual não quer trabalhar de forma comprometida”. A resposta pública precisa ser estrutural.*

Desoneração da folha de pagamento: *defender junto ao governo federal a prorrogação e ampliação da desoneração para setores intensivos em mão de obra. Com a escala 6x1 em debate, qualquer mudança sem uma desoneração proporcional, como alertam os empresários, pode tornar a situação insustentável: “Já estamos no limite. Se subir mais, não há saída”.*

Escala 5x2 condicionada: *qualquer alteração na jornada de trabalho deve estar condicionada à desoneração proporcional da folha de pagamentos e à possibilidade de negociação por acordo ou convenção coletiva de trabalho.*

Reformulação dos benefícios sociais: *defender junto ao governo federal a criação de contrapartidas produtivas para os benefícios sociais – qualificação profissional, inserção no mercado de trabalho e prazo para desligamento dos programas. Como apontam os empresários, a escassez de mão de obra está diretamente associada ao modelo atual de concessão.*

Integração escola-empresa: *fomentar parcerias entre escolas técnicas estaduais e sindicatos patronais para formação alinhada à demanda real do mercado, com foco em comprometimento, postura profissional e competências técnicas aplicadas.*

TECNOLOGIA E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

Isonomia tributária digital: legislação que obrigue plataformas estrangeiras a recolher tributos nas mesmas bases do varejo local. Como afirmam os empresários: “Os políticos têm que fazer leis para dificultar tremendamente esse comércio que vem aumentando dia a dia”. A mobilização é urgente.

Fiscalização de plataformas informais: força-tarefa para identificar vendas on-line sem nota fiscal e recolhimento de tributos. O empresário formal não consegue competir quando o concorrente “vende pelo Instagram sem nota e com preço impossível de competir.”

Fundo de digitalização: linha de crédito subsidiada para modernização digital de micro e pequenas empresas, com carência de 12 meses. A digitalização (IDE 6,7) é o único item abaixo da média geral. Sinal de que há vontade de digitalizar, mas faltam recursos e orientação.

Mobilização institucional contra o dumping digital: articular Sindicatos, Federações e Confederações numa frente nacional para exigir regulação do e-commerce internacional. A demanda dos empresários é clara: “Essa mobilização nacional tem que ser com urgência. Não tem que esperar”.

Capacitação em e-commerce: cursos gratuitos de vendas on-line e marketing digital para lojistas catarinenses, permitindo que o comércio físico ocupe também o espaço digital com competitividade.

EMPREENDEDORISMO

Fundo de aval estadual ampliado: fortalecer o fundo de aval para facilitar acesso das pequenas empresas ao crédito, reduzindo exigência de garantias reais. Para os empresários, “as linhas de crédito para o comércio são muito difíceis de conseguir.” O gargalo não é a vontade de empreender, e sim o acesso ao capital.

Crédito para expansão: ampliar linhas específicas para investimento e expansão de pequenos negócios, com taxas subsidiadas e prazos compatíveis com o ciclo de retorno do setor de comércio e serviços.

Alvará único digital: manter e aprofundar a simplificação do processo de abertura de empresas, replicando a eficiência já percebida pelos empresários (IDE 5,9) para os processos de renovação, alteração e regularização.

SC marketplace: desenvolver plataforma estadual integrando comércio físico, turismo e gastronomia para promover consumo regional, oferecendo ao empreendedor local um canal digital institucional como alternativa aos grandes marketplaces.

COMÉRCIO EXTERIOR

Isonomia tributária internacional: *legislação que obrigue empresas estrangeiras às mesmas obrigações fiscais do varejo nacional. Como relatam os empresários, há “altas taxas tributárias e impostos criados, competitividade desleal com produtos importados”. A equidade precisa ser garantida por lei.*

Desburocratização aduaneira: *simplificar processos aduaneiros e reduzir barreiras não tarifárias para pequenas empresas do setor terciário, especialmente no segmento de turismo e serviços com projeção internacional.*

Mobilização institucional: *fortalecer a união de Federações e Sindicatos para exigir regras de jogo equitativas no mercado internacional, com foco na regulação de plataformas digitais estrangeiras.*

Promoção internacional: *programas de promoção dos destinos turísticos e produtos catarinenses no exterior, em parceria com Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil) e entidades estaduais, aproveitando o câmbio como janela de oportunidade para o turismo receptivo.*

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E SUSTENTABILIDADE

Rodovias estratégicas: *priorizar as obras na BR-470, na BR-280 e no trecho Florianópolis-Joinville, incluindo iniciativas como a Via Mar para ampliar a capacidade viária do eixo norte-litorâneo, além da manutenção da malha estadual e municipal. O saturamento dessas rotas afeta diretamente o custo de distribuição, o fluxo de clientes e a atratividade turística da região.*

Mobilidade urbana integrada: *planos de mobilidade com foco nos polos comerciais, integrando transporte público, ciclovias e áreas de carga. O acesso ao comércio de rua é condicionado pela qualidade das vias e do transporte urbano.*

Energia com tarifa diferenciada: *negociar com distribuidoras tarifas especiais para micro e pequenas empresas do comércio, aliviando um custo fixo que representa componente expressivo do custo operacional.*

Aeroportos e conectividade aérea: *ampliar linhas aéreas e modernizar aeroportos catarinenses para fortalecer turismo e negócios regionais, potencializando o desenvolvimento econômico do interior do Estado.*

Saneamento como pilar turístico: *acelerar a universalização do saneamento nas cidades receptoras de turismo, fortalecendo a atratividade regional e a qualidade de vida que sustenta a força de trabalho local.*

SEGURANÇA E COMBATE À ILEGALIDADE

Combate à pirataria e sonegação: operações coordenadas entre Receita Federal, Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina (Sefaz-SC) e forças de segurança contra o mercado informal; e fiscalização de vendas on-line sem nota fiscal. Para os empresários, “carga tributária alta para quem trabalha certo, pouca fiscalização para os que trabalham errado” é a síntese do problema.

Policimento especializado nos polos comerciais: rondas dedicadas a polos comerciais, integrando Polícia Militar, Guarda Municipal e câmeras de monitoramento. A sensação de insegurança afasta clientes e gera custos adicionais que reduzem a competitividade.

Centro de segurança integrado: centrais de monitoramento compartilhadas entre poder público e associações comerciais para resposta rápida, reduzindo os gastos privados com segurança que hoje são incorporados ao custo operacional.

Revitalização urbana: iluminação pública e revitalização de fachadas nos centros comerciais para criar ambientes mais seguros e atrativos ao consumidor, combinando políticas de segurança e fomento ao comércio de rua.

Abordagem social integrada: ações de assistência social para população em situação de rua, com encaminhamento a programas de reinserção, conectando as demandas de segurança pública com as políticas de assistência social.



Conclusão

Segundo estado mais competitivo do Brasil, Santa Catarina detém o terceiro maior IDH nacional (0,833), a menor taxa de desemprego do País (2,2%) e um setor de comércio, serviços e turismo responsável por 65,6% dos empregos formais e 64% do PIB estadual. Esse cenário não é o pano de fundo de uma economia frágil, e sim o retrato de um estado que performa acima da média nacional em praticamente todos os indicadores estruturais. E é exatamente por isso que os resultados desta pesquisa exigem atenção redobrada: quando um estado com esse patamar registra IDE médio de 7,44, com todos os sete macrotemas classificados como Severo ou Crítico, o diagnóstico aponta para além das fronteiras estaduais.

Como ente federativo, Santa Catarina preservou relativa competitividade tributária – não ampliou sua alíquota de ICMS –, mas não está imune às regras nacionais que definem o custo do dinheiro, a arquitetura tributária, as relações de trabalho e o ambiente jurídico-institucional. São essas dimensões que concentram os IDEs mais críticos desta pesquisa e que, quando tratadas de forma inadequada no plano nacional, minam a confiança do empresário, independentemente do estado em que ele opera.

O Desenvolvimento Econômico lidera as dificuldades com IDE 8,11. A carga tributária atingiu 9,1/10, assertiva mais crítica de todo o levantamento. Com a Selic a 15% ao ano – maior patamar em 20 anos –, o custo do crédito (IDE 8,7) e os juros (IDE 8,6) formam um tripé financeiro que corrói a rentabilidade e inviabiliza o investimento. O Icec confirma essa leitura: em abril de 2026, o índice de confiança recuou a 93 pontos, pela primeira vez desde 2016 na zona de pessimismo, com o indicador de condições atuais (Icaec) em apenas 65. O empresário ainda acredita no futuro, vide o Iec de 117,7, mas o presente está sistematicamente inviabilizando o crescimento.

O mercado de trabalho é o segundo eixo de maior pressão (IDE 7,56). A qualificação técnica da mão de obra disponível atinge IDE 7,9, sinalizando um descompasso estrutural entre oferta e demanda real do setor. A possível extinção da escala 6x1 aprofunda essa pressão: o estudo da Fecomércio-SC estima a eliminação de cerca de 27.400 empregos formais no Estado, sendo 13.600 no comércio e 13.800 nos serviços; e elevação do custo da hora trabalhada em até 9,4% no comércio, setor em que 93% dos vínculos CLT operam acima de 41 horas semanais.

O macrotema Tecnologia e Transformação Digital (IDE 7,52) evidencia a assimetria competitiva entre o varejo físico e os grandes marketplaces. A revogação, em maio de 2026, do imposto sobre compras internacionais de até US\$ 50 reforçou essa assimetria: o empresário que cumpre todas as obrigações fiscais e trabalhistas passa a competir em condições ainda mais desiguais com plataformas estrangeiras. Empreendedorismo (IDE 7,17) expõe um paradoxo semelhante: abrir empresa ficou mais fácil – 2,2 horas em média, com 256 mil novas empresas abertas em 2025 –, mas o crescimento continua travado pelo custo do crédito. Com a Selic no patamar atual, não há linha de financiamento que escape ilesa: o custo do dinheiro comprime as possibilidades de quem já abriu as portas e quer se consolidar.

No Comércio Exterior (IDE 7), Santa Catarina exportou US\$ 12,2 bilhões em 2025 e bateu recorde no primeiro trimestre de 2026 – desempenho que torna as barreiras tarifárias externas e a assimetria regulatória com plataformas estrangeiras ainda mais custosas. Desenvolvimento Regional (IDE 6,85) e Segurança e Combate à Ilegalidade (IDE 6,83) fecham o ranking: o orçamento federal para rodovias do Estado caiu 51% entre 2023 e 2026, enquanto pirataria e contrabando geraram R\$ 473 bilhões em prejuízo nacional em 2025, com R\$ 146,8 bilhões em arrecadação fiscal perdida.

As demandas dos empresários traduzem esse diagnóstico em prioridades objetivas: educação (26,0%), saúde (22,4%) e segurança pública (19,6%) concentram 68% das preferências. A mensagem é consistente: o empresário catarinense não demanda protecionismo nem vantagem. Demanda um Estado eficiente, que eduque, proteja, construa e aplique as mesmas regras para todos.

Santa Catarina tem os ingredientes para se consolidar como referência nacional em ambiente de negócios. O que os dados desta pesquisa revelam é que, entre o desempenho atual e o potencial realizável, há uma distância que não se fecha apenas com esforço estadual. A Fecomércio-SC apresenta esta Carta como contribuição objetiva ao debate que se avizinha: um diagnóstico baseado em dados, uma agenda concreta de propostas e a clareza de que parte significativa das soluções depende de decisões que transcendem as fronteiras de Santa Catarina.

 · Fecomércio  · Sindicatos Empresariais · Sesc · Senac

Sistema Comércio

